

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção apresenta a composição das Comissões Permanentes na Câmara dos Deputados e analisa as principais pesquisas de opinião pública divulgadas no período, que demonstram a queda na avaliação positiva do governo Bolsonaro, e os possíveis motivos para isso.

Comissões da Câmara e a Previdência

Dando sequência ao boletim de fevereiro, o texto traz a composição das Comissões Permanentes na Câmara dos Deputados. Com a indefinição sobre a Comissão de Constituição e Justiça, visto que sua instalação era o pontapé inicial para a reforma da Previdência do governo Bolsonaro, e com a pausa dos trabalhos para o Carnaval, as comissões foram instaladas e distribuídas apenas em março.

Os partidos mais contemplados com o comando das comissões foram os dois maiores da Câmara: o PSL, partido de Bolsonaro, e o PT, segunda maior bancada e a maior entre os partidos de oposição.

O PSL presidirá a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, por meio do deputado Felipe Francischini (PSL-PR), a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o deputado Léo Motta (PSL-MG), e a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

Já o Partido dos Trabalhadores comandará a Comissão de Cultura, com a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), de Direitos Humanos e Minorias, com o deputado Helder Salomão (PT-ES), e a Comissão

de Legislação Participativa, com o deputado Leonardo Monteiro (PT-MG). Nas três comissões, o PT indicou como vices a deputada Maria do Rosário (PT-RS), o deputado Padre João (PT-MG) e a deputada Erika Kokay (PT-DF), respectivamente.

As comissões que ficaram com partidos de oposição ao governo Bolsonaro foram a de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Lídice da Mata, PSB-BA), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rodrigo Agostinho, PSB-SP), de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Professora Marcivânia, PCdoB-AP) e a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Félix Mendonça Júnior, PDT-BA).

Os partidos que presidirão mais de uma sessão, para além do PSB, já citado, serão o PP, o PR, o PSD e o MDB. O primeiro ficou com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, presididas pelos deputados Fausto Pinato (PP-SP) e Átila Lins (PP-AM), respectivamente. Já o segundo comandará a Comissão de Defesa do Consumidor e a Comissão de Segurança Pública e Combate

te ao Crime Organizado, com os deputados João Maia (PR-RN) e Capitão Augusto (PR-SP). O PSD comandará a Comissão do Esporte e a Comissão de Seguridade Social e Família, com os deputados Fábio Mitidieri (PSD-SE) e Antonio Brito (PSD-BA). Por fim, o MDB comandará a Comissão de Finanças e Tributação e a Comissão de Turismo, com os deputados Sergio Souza (MDB-PR) e Newton Cardoso Junior (MDB-MG).

Outros sete partidos comandarão apenas uma comissão cada, sendo estes: PTB, cuja deputada Luísa Canziani, do Paraná, presidirá a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; PSC, cujo deputado Gilberto Nascimento, de São Paulo, comandará a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Podemos, com o Pastor Marco Feliciano, de São Paulo, comandando a Comissão de Desenvolvimento Urbano; o Solidariedade presidirá a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, por meio do deputado Bosco Saraiva (SD-AM); o PSDB presidirá a Comissão de Educação com o deputado Pedro Cunha Lima, da Paraíba; o PRB a Comissão de Minas e Energia, com Silas Câmara (PRB-AM); por fim, o DEM comandará a Comissão de Viação e Transportes, que será presidida pelo deputado paulista Eli Corrêa Filho.

A instalação das comissões permanentes na Câmara e conseqüentemente a divisão destas entre os partidos era primordial para o início dos trabalhos na casa, o que significa que projetos considerados prioritários dependiam disso para começar a tramitação. Era o caso da Proposta de Emenda Constitucional nº 06/2019, enviada pelo Executivo e que altera a Previdência Social, conhecida como PEC da Reforma da Previdência. Sua tramitação se iniciou na Comissão de Constituição e Justiça, comandada pelo PSL, que dará o parecer sobre a admissibilidade ou não da proposta, antes de seguir para outras comissões temáticas e, por fim, para o plenário da Câmara, onde precisa de 308 votos favoráveis em duas votações para seguir ao Senado Federal.

Opinião pública já demonstra decepção

O presidente Jair Bolsonaro entregou em 20 de fevereiro ao Congresso a proposta do governo de re-

forma do sistema de aposentadorias. Entre os principais pontos da reforma estão a fixação da idade mínima para a aposentadoria em 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, fim da aposentadoria por tempo de contribuição e mudança nas regras específicas para determinadas categorias, como trabalhadores rurais, professores, funcionários públicos e militares.

Há, segundo a proposta, a possibilidade de criação de um sistema de capitalização de iniciativa privada, na qual cada trabalhador faz uma espécie de poupança individual para o futuro, em detrimento do atual sistema de previdência social, pública e solidária em que a contribuição é feita por trabalhadores, empregadores e governos. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), esse sistema aumentaria a desigualdade e diminuiria o valor da aposentadoria recebido no final.

Pesquisa realizada pela CNT/MDA, de 21 a 23 de fevereiro, com 2002 pessoas residentes em 137 municípios de 25 unidades da Federação, indicou que menos da metade da população brasileira (43,4%) aprova a Reforma da Previdência, uma parcela ligeiramente maior, de 45,6% a desaprovam, o que coloca o empate técnico para a questão.

O valor do salário mínimo estabelecido em 998 reais foi desaprovado por dois terços da população (66,9%) e mais da metade (52,6%) também desaprovou o decreto que flexibiliza a posse de armas. No entanto, o pacote anticrime, apresentado por Sérgio Moro teve 62% de aprovação.

Segundo a mesma investigação, o principal desafio para o governo de Bolsonaro está na área da Saúde, apontado por 42,3% dos entrevistados, seguido pela área de segurança pública (34,3%), educação (31,6%) e combate à corrupção (29,2%).

No cômputo geral, a pesquisa levantou 38,9% de aprovação ao atual governo de Jair Bolsonaro, 29% avalia de modo regular e 19% tem avaliação ruim ou péssima do governo.

Pesquisa do Ipspe realizada por meio de contato telefônico com mil entrevistas em todo o país, entre os dias 11 e 13 de março, confirmou a informação. Segundo o Ipspe, o governo de Jair Bolsonaro foi avaliado positivamente por 37% da população,

tendo oscilado negativamente 3% em relação ao estudo do mesmo instituto realizado nos dois meses anteriores, enquanto a avaliação negativa evoluiu de 20% para 24%, de janeiro a março e a avaliação regular ficou em 32%.

Nesse estudo, cerca de dois terços dos entrevistados (64%) consideraram a reforma da Previdência necessária, enquanto um terço (31%) se posicionou contrário a ela. Questionados sobre pontos específicos, também houve empate técnico entre os entrevistados, que se posicionaram de alguma forma a favor do estabelecimento de uma idade mínima para aposentar (51%) e os que se colocaram contra essa medida (49%).

Já a mudança nas regras das aposentadorias especiais, como de servidores públicos, policiais, bombeiros e professores e militares das Forças Armadas receberam ampla adesão, de mais de 50% da população brasileira para todos os casos, e discordância de em torno de um terço dos entrevistados, sendo que a mudança nas regras da previdência dos militares é a que apresenta menor discordância (29%).

A percepção de que a corrupção irá diminuir nos próximos seis meses caiu dez pontos percentuais desde a posse do governo (54% para atuais 44%), bem como a expectativa positiva em relação ao restante do mandato (que caiu de 63% para 54%), enquanto a expectativa negativa para o restante do mandato subiu de 15% na posse para 20%.

Se, em janeiro, 37% dos entrevistados consideravam as notícias veiculadas mais favoráveis ao governo Bolsonaro, hoje esse percentual caiu para 21%, enquanto 43% consideram as notícias veiculadas sobre o governo mais desfavoráveis. A maior parcela (mais de 60%) considera verdadeiras as informações veiculadas pela mídia formal (rádios, emissoras de TV e jornais impressos); cerca de metade dos entrevistados considera falsas as informações veiculadas por portais de notícias da internet, blogs e sites de notícias, Twitter e Instagram; e a maioria (mais de 70%) considera falsas as notícias veiculadas por Whatsapp e Facebook.

A maior parte dos entrevistados (72%) ficou sabendo sobre a publicação de Bolsonaro em seu perfil no Twitter do vídeo sobre *golden shower* durante o Carnaval, e 59% consideraram o conteúdo inadequado.

Por fim, pesquisa realizadas entre os dias 16 e 19 de março pelo Ibope, que ouviu 2002 entrevistados de todo o Brasil, registrou queda de quinze pontos na avaliação positiva de do governo Jair Bolsonaro, de janeiro a março. Em janeiro ele tinha 49% de avaliação positiva, caiu para 39% em fevereiro e para 34% agora em março, o mesmo índice de avaliação regular e 24% de avaliação negativa.

O Ibope também apurou queda de dezesseis pontos percentuais na maneira como Jair Bolsonaro está governando, com aprovação de apenas metade do eleitorado (51%) frente à desaprovação de 38%, que subiu dezessete pontos percentuais de janeiro a março. Da mesma forma, a confiança em Jair Bolsonaro reduziu neste espaço de tempo de 61% para atuais 49%, e 44% disseram não confiar no presidente eleito, o que mostra uma perda de confiança de catorze pontos percentuais desde a posse.

Em comparação a outros presidentes eleitos, Bolsonaro tem o menor índice de aprovação de um governo em primeiro mandato há três meses da posse, o pior já registrado. Aos três meses dos primeiros mandatos de Fernando Henrique, Lula e Dilma as taxas de aprovação foram de 41%, 51% e 56%, respectivamente. Até Fernando Collor levou mais tempo (nove meses e o confisco da poupança) para chegar a tão baixos índices de aprovação quanto Bolsonaro.

A avaliação positiva do governo é maior entre os que possuem renda acima de cinco salários mínimos, os que se declaram brancos, os evangélicos e os moradores do Sul e do Centro-Oeste. Já as avaliações negativas estão mais presentes entre os moradores de municípios com mais de quinhentos mil habitantes (32%), os habitantes de periferias das regiões metropolitanas (29%) e entre os que possuem entre 45 a 54 anos e provavelmente se sentem mais ameaçados pela reforma da Previdência.

Pesquisa Word Happiness Report, realizada pelo Instituto Gallup em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) em 156 países, revela que os brasileiros nunca foram tão infelizes.

Esta é a sétima edição do relatório, que começou a computar a sua série histórica em 2006. A conclusão do estudo é que há uma onda global de infelicidade, motivada tanto pela desconfiança em líderes

políticos quanto pelo consumo de informação pelas redes sociais.

No relatório deste ano, o Brasil ficou na 32ª posição como país mais feliz, abaixo de países da América do Sul como Costa Rica (12ª posição), México (23ª), Chile (26ª) e apenas uma posição acima do Uruguai (33ª).

Segundo Marcelo Neri, diretor da FGV Social, laboratório da FGV que estuda desenvolvimento social e que analisou os dados da Gallup usados para medir a felicidade, em 2013, o brasileiro avaliava a sua satisfação com a vida, em escala de 0 a 10, com nota de 7,1. A partir de 2015 começou a se observar

queda nessa pontuação e hoje estamos no menor nível da série histórica, 6,3.

Os principais motivos que levaram a essa queda no índice de felicidade do brasileiro foram a crise financeira, a sensação de insegurança na política e a falta de confiança em líderes do Estado, diz a pesquisa. Segundo o relatório, o Brasil bateu o recorde de todos os países em toda a série histórica na descrença com os líderes da política nacional, o que as pesquisas nacionais de avaliação de governo, comparativamente aos governos anteriores, confirmam.